

A hegemonia do modelo objetivo e a formação do jornalista

*Francisco Eduardo Ponte Pierre**

Resumo

Este texto compara as duas formas que mais influenciam o jornalismo brasileiro. A seguir, constata a hegemonia do modelo norte-americano de jornalismo objetivo e interroga-se sobre os tipos de alternativas que este fato apresenta para o processo de formação do jornalista: a adoção pura e simples deste modelo, a opção pela militância ou a *intenção* de objetividade, com suas decorrências éticas e metodológicas.

Palavras-chave: modelos de jornalismo, objetividade jornalística, ensino do jornalismo

1 Introdução

A hegemonia do modelo americano de jornalismo objetivo interpela o processo de formação universitária do jornalista.

Fazemos aqui algumas notações sobre o fenômeno e sugerimos o exame de alguns tópicos, no intuito de contribuir para a reflexão sobre o problema.

2 O modelo americano de jornalismo objetivo

A “suposição de que o relato objetivo e imparcial dos fatos é possível e desejável”¹, nisto se pode condensar a concepção da objetividade no jornalismo.

Essa perspectiva predominante nos países de cultura anglo-saxônica é sustentada por filosofias (nominalismo, empirismo, evolucionismo, positivismo), em sua maioria autóctones, que postulam informar nossos sentidos com fidedignidade sobre a realidade externa a nós.

* Professor da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da UFG; doutor em “Sciences de l’Information” pela Universidade de Paris 2.

Haveria uma realidade objetiva, anterior e independente de qualquer operação racional ou subjetiva e que seria percebida passivamente em sua autenticidade. O conhecimento encontra-se assim reduzido a elementos de experiência associados e relacionados em percepções que constituem os *dados* ou *fatós*. Estes *fatós*, percebidos que são, em sua pureza também podem ser reproduzidos em sua autenticidade por um discurso que opere de acordo com certas regras e procedimentos.

Em seu exame da imprensa americana, Alexis de Tocqueville nota que à diferença dos “... franceses onde predominam as discussões políticas, seus jornais são cheios de anúncios, notícias políticas e anedotas”. Isso não lhe causa nenhuma estranheza já que na América “... as opiniões pessoais expressas pelos jornalistas não têm, por assim dizer, peso algum aos olhos dos leitores. O que procuram num jornal é o conhecimento dos fatos: só alterando ou desnaturando tais fatos é que o jornalista pode ganhar certa influência para sua opinião” (pp.144-145).

De necessidade, a valorização dos fatos transforma-se em virtude com o desenvolvimento dos serviços telegráficos de informação. E’ quando, analisa Smith (1976), começa a delinear-se uma nova ética jornalística. Para atender a seus numerosos clientes, as agências começam a distribuir imagens isoladas do que aconteceu, apresentadas com evidentes sinais de imparcialidade. Ainda que “uma tendência étnica se fazia sentir em todas as agências (...) no seio de cada zona geopolítica, a agência jornalística dava a idéia de que havia um núcleo irreduzível de fatos em estado bruto”. “O editor não servia mais ideologia como matéria prima de base, mas informação; a ideologia (...) a propaganda era então alguma coisa que se fazia com a informação”. “Os fatos eram sagrados e o comentário livre, como dizia C.P. Scott do Manchester Guardian” (p.17).

Não há como deixar de apontar a consangüinidade que tem essa fórmula com a divisa do *New York Times* - “all the news that’ s fit to print”, e com a proposta positivista de Leopold Von Ranke - “wie es eigentlich gewesen”, que lhe são contemporâneas.

O padrão ético e de qualidade do jornalismo objetivo inicia sua caminhada hegemônica nos Estados Unidos, desde a primeira guerra mundial, com o modelo conhecido como “gatekeeper”. Então, segundo Janowitz (1975), começa-se a criar um modelo que torne o jornalismo

similar à medicina em seu desempenho técnico e seu compromisso de responsabilidade.

Este modelo prognosticava “a aplicação do método científico para aumentar a objetividade e alcançar uma efetiva performance”. (p.618). Com ênfase na separação entre os fatos relatados e as opiniões expressas, ele foi reforçado, segundo Janowitz, pelo prestígio ascendente das pesquisas sociais, com as quais passou a assumir que através da utilização de métodos e técnicas apropriados, poder-se-ia chegar a resultados válidos e objetivos.

A este jornalismo, que “... caracteriza-se pela preocupação com os fatos e acontecimentos como tais ...”, por procurar “... atrair um público impessoal na base de um ponto de vista *objetivo* e não político, de seu compromisso de descobrir e relatar unicamente os *fatos* em vez de oferecer *opiniões*”; por seu esforço em ser “... uma espécie de tabula rasa onde se gravam os acontecimentos à medida que se desenvolvem e as informações à medida que surgem”; “... indo às *fontes* (...) nas quais se confia para obter informações e a validação destas”, Weaver (1976.p.34) chama *Jornalismo liberal*, a que opõe o *jornalismo partidarista* “que predomina em muitos países europeus e latino-americanos”.

Este modelo liberal de jornalismo objetivo conheceu profunda crise na efervescência dos movimentos políticos culturais de contestação dos anos 60-70. Ao lado de uma visão conspiratória da realidade, desenvolveu-se, sobretudo nos estratos mais jovens da profissão, uma visão de jornalismo como contrapoder ao complexo industrial-militar, como instrumento de defesa e proteção de cidadãos desamparados e de expressão e desenvolvimento pessoal de seus membros.

O chamado “novo jornalismo” era esteado por críticas que “Comissões” governamentais nos Estados Unidos e na Inglaterra vinham fazendo ao desempenho da imprensa e pelos estudos acadêmicos e científicos que colocavam em dificuldade a pressuposta objetividade jornalística.

À época, nota Gerbner (1969) que “alguns estudos, por exemplo os de Gerbner (...), sugerem que, qualquer sistema de mensagens, independentemente de sua natureza institucional, comercial, ou abertamente parcial, padece de certas orientações ideológicas implícitas que dirigem a maneira como seleciona os fatos, como os valoriza ou os manuseia. Outros estudos, como os de Warren Breed (...), Pool e

Schulman (...), David Manning White (...) e Walter Gieber (...), demonstraram que a maior parte dos jornalistas é sensível às pressões e às expectativas das editoriais (inclusive a “o que o patrão vai achar”) bem mais do que a qualquer consideração genérica em relação a leitores ou a interesse público” (p. 118).

Uma das críticas mais sérias, à objetividade jornalística, talvez tenha sido desferida, então, por Tuchman (1972). A partir de uma pesquisa participante sobre o processo de elaboração de notícias, ele conclui que a *objetividade* no jornalismo “... deve ser vista como estratégia ritual de proteção ao jornalista contra os riscos da profissão” (p. 660). Segundo ele, diante das pressões a que está exposto - necessidade de cumprir a pauta, ações judiciais, advertências de seus chefes-, o jornalista se refugia na alegação de uma objetividade que seria alcançada pela adoção de certos procedimentos codificados. Demonstra Tuchman que estes procedimentos como “a apresentação das situações em conflito”, “a apresentação de evidências suplementares”, “a citação judiciosa de opiniões e testemunhos”, “a estruturação da informação na seqüência prescrita” - pirâmide invertida -, “a separação entre fatos e comentários”, não guardam relação com a objetividade proclamada.

A despeito das objeções e das críticas, o predomínio do paradigma de jornalismo objetivo é evidente no início dos anos 80. Uma pesquisa de um grupo de estudos da Universidade de Illinois, liderada por Mills (1983), aplicada a uma amostra, de repórteres e editores, representativa da imprensa americana, constata que “Para a maioria dos entrevistados, ética era compreendida como código de comportamento estritamente profissional. Para a maioria, não é exagero dizer, ética era sinônimo de cobertura objetiva” (p. 594). Segundo o autor, de 153, apenas as respostas de 2 editores, de publicações de pequenas cidades, se referiram à ética e aos valores exteriores à profissão, mencionando cristianismo e valores comunitários.

3 O modelo europeu de jornalismo “partidarista”

Unidos pelas filosofias racionalistas, pela predominância do Estado como sujeito histórico, pelo prestígio que proporcionam às artes e às letras, pela obtenção tardia das liberdades de pensar, de empreender e de expressar opiniões, caracterizam-se os países da Europa continental por um outro modelo de jornalismo.

Descrevendo as tradições jornalísticas de seu país, “com seu gosto natural pelo julgamento e pela análise subjetiva e seu relativo desprezo pelo testemunho *objetivo*”, diz Albert (1979) que “o jornalismo francês foi sempre mais um jornalismo de expressão do que um jornalismo de observação. Ele parece dar sempre preferência à crônica e ao comentário em vez da reportagem e do comentário sobre a reportagem. Tanto quanto à apresentação dos fatos, ele se interessou sempre pela exposição das idéias; tanto quanto à análise das situações ele se afeiçoou à crítica das intenções” (p.30).

Na Alemanha, a imprensa, ligada tradicionalmente a partidos e grupos políticos, procurou, sobretudo na homogeneidade interna de seus jornais, influenciar e formar a opinião pública.

Em “A política como vocação”, Max Weber incluiu o jornalista alemão entre aqueles “demagogos” que “vivem da política”; “um tipo de homem político profissional”.

Em seu estudo comparativo entre os jornalistas britânicos e alemães, a partir de questionários aplicados a 450 jornalistas de cada uma daquelas nações, Köcher (1989) constatava que “... o jornalista alemão não apenas dá menos importância ao papel instrumental de *observador neutro* como ainda é francamente favorável a tomar posição e partido” (p.121). A pesquisadora do *Institut für Demoskopie Allensbach* concluiu em seu estudo que “enquanto os jornalistas britânicos se vêem como detetives - caçadores de informação - seus colegas alemães se consideram como missionários” (p.127).

Considerando o jornalismo como “spectateur engagé”, a Europa continental tende a ver a *objetividade* com desconfiança.

Para o moralista, “uma certa afetação de objetividade pode até mesmo se opor à verdade (...), a objetividade que consiste em oferecer informações brutas, separadas de seu contexto, ou que coloca num mesmo plano, sem ordem nem hierarquia, todas as informações, não é, às vezes, que uma neutralidade de fachada que esconde interesses comerciais ou intenções políticas”. (Folliet, 1969, p.208).

Sem vigência hegemônica no mundo da profissão, criticada pelo moralista, a *objetividade* vai refugiar-se no campo do direito, que trata dos atos sociais voluntários. Para o jurista, ela “... não é a impossível adequação da informação a seu objeto, ela se reduz à honestidade intelectual do informador; a falta de objetividade é, do

ponto de vista do direito, a deformação sistemática e voluntária inspirada pela paixão, pela ideologia ou pelo interesse” (Rivero, 1963, p.476).

É verdade que outra era a cultura jornalística dos países que compunham o antigo bloco soviético. Ali denuncia-se a objetividade burguesa como privilégio formal de alguns, expressão ideológica da vida real da sociedade, percepção invertida que esconde apropriações e relações injustas. Por outro lado reza-se, com Marx, que “a questão de saber se o pensamento humano pode atingir uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas uma questão prática. É na *praxis* que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade, o poder, a precisão do pensamento” (1974, p. 24).

Nessa perspectiva, construindo a sociedade comunista, pela agitação, pela propaganda, pela organização, sob a direção do partido que interpreta a realidade através da ciência dialética, o jornalismo é objetivo. De tal forma que ele não pode tolerar opiniões mas apenas a verdade manifestada por aqueles que conhecem a necessidade histórica e por isso capazes de se exprimirem com conhecimento de causa. Em sua explicação de que a direção da imprensa pelo partido se concilia “... com as convicções do jornalista e com sua aspiração de refletir fielmente a vida”, diz Smirnov (1980, p. 109) que “a liberdade é a necessidade feita consciência, a compreensão justa e a utilização hábil da lógica objetiva”.

Mas, como se vê, objetividade aqui não se liga a fatos ou dados isolados mas significa processo de desenvolvimento de contradições dentro de uma totalidade sempre em devir.

4 A hegemonia do modelo de jornalismo objetivo

Em seu artigo seminal² na *Journalism Quarterly*, Danton Jobim (1954) dava conta das duas influências sobre o jornalismo brasileiro. Dizia que a francesa foi a primeira e ainda era a mais importante mas que o modelo americano, como um “mal necessário”, iria prevalecer.

A indisciplina, o tom literário, o senso dramático, a apresentação anárquica dos conteúdos, o comentário prévio, cederiam lugar ao “make up” padronizado, ao tom informativo, à abundância de informações, à objetividade em abordar os fatos. Á época, segundo ele, talvez fosse

o *Diário Carioca* o único jornal brasileiro a adotar um manual de redação.

Nos anos 70 e 80, praticamente todos os grandes jornais brasileiros editaram seus manuais para padronizar seu estilo de jornalismo objetivo. Um acha que “Não existe jornalismo objetivo (...). Isso não o exime de ser o mais objetivo possível” (*Folha de S. Paulo*). Seu concorrente (*O Estado de S. Paulo*) ordena claramente “Faça textos imparciais e objetivos”³.

As exigências tecnológicas, a necessidade de padronização industrial, a despolitização de uma imprensa cada vez mais concentrada, e que deveria atender demandas cada vez mais heterogêneas de uma grande massa de leitores que procuram informações abundantes e confiáveis para conduzir sua vida diária, são fatores que contribuem para o fortalecimento do modelo objetivo na imprensa.

A *hegemonia intelectual e moral* da objetividade, que não se restringe à imprensa brasileira, se concretiza, nos anos 90, a partir da derrocada do chamado socialismo real. Do ponto de vista ideológico desmoraliza-se a principal referência moderna que sustentava uma tomada de posição alternativa ao sistema dominante. Desaparecem, ou pelo menos enfraquecem, os argumentos que sustentavam o desacordo sobre as bases mesmas do sistema social.

Na Europa Ocidental e na América Latina foi a falta de *acordo sobre os fundamentos*⁴ que constituiu o substrato para o jornalismo partidário e militante. Intelectuais, escritores, políticos, jornalistas, com dificuldade podem ainda lançar mão de valores, metas, explicações que davam conta não apenas da sociedade e da cultura mas ainda da natureza e da história. O resultado é a impressão de um mundo natural, o único passível de existência racional, que o *conformismo democrático* acata e que a *tiranía da maioria* consolida.

O fracasso dos regimes de planejamento centralizado, por sua vez, deixa o campo livre à apoteose do mercado. As empresas adquirem uma nova inocência e uma legitimidade social indiscutida. As décadas anteriores denunciavam o conluio das empresas jornalísticas com os interesses políticos e o grande capital. Exigia-se que as empresas jornalísticas tivessem um estatuto particular, onde a sociedade ou os redatores fossem os proprietários ou que, pelo menos, para tornar o direito à informação mais efetivo, se separasse a propriedade da gestão e da direção da empresa jornalística. Também estes temas tiveram sua

atualidade enfraquecida. As críticas ao desempenho das grandes agências informativas internacionais não se fazem mais como antes. Quem ainda se lembraria das discussões sobre uma *Nova Ordem Mundial da Informação*? As próprias ações e as leis que procuravam limitar a concentração da informação perdem substância⁵.

A concentração passa a ser vista como estratégia inexorável de competição e de garantia de emprego. Ao Estado enfraquecido e diminuído começa-se a denegar o direito de ajudar direta ou indiretamente àqueles órgãos que garantiam a pluralidade do mercado mas cuja demanda não os torna economicamente auto-suficientes

Concomitantemente passa-se a valorizar os processos ditos de recepção e a afirmar a autonomia dos consumidores e da audiência. A *indústria cultural* perde o espectro autoritário e manipulador. As decisões editoriais refletiriam assim a objetividade do mercado, uma resposta a demandas realmente preexistentes onde os meios de comunicação ofereceriam as informações que mais se vendem, pois que seu objetivo é o lucro decorrente da satisfação de seus leitores.

Completa-se aqui a corrente de ferro da objetividade onde articulam-se os pressupostos de correspondência entre realidade, conhecimento, linguagem e mercado. A objetividade da informação se entrelaça à objetividade do mercado.

5 Formação do jornalista e objetividade

As diretrizes do Conselho Federal de Educação, que inspiraram os Currículos mínimos de 1977 e 1984, prescrevem para o comunicador social a missão de intervir na realidade política e cultural do país.

Pelo Parecer CFE n. 1203/77, “pretende-se a formação do profissional habilitado a utilizar e modificar as técnicas de comunicação social, e, com elas, a partir de uma visão histórico-crítica, não apenas atuar, mas atuar como agente de transformação e desenvolvimento da sociedade em que está inserido, sem perda de uma visão humanística e universal, sem o que a universidade carece de sentido” (p.7).

Para o parecer 480/83, “a comunicação é um recurso econômico, cultural e político fundamental na sociedade moderna, devendo sua utilização ser objeto de planejamento racional, levando em conta os interesses dos diferentes setores da sociedade” (p.12).

Temos pois que os currículos pretendem formar um comunicador que desenvolva um papel político de intelectual mobilizador e participante, “com responsabilidade especial” e “tarefas prioritárias na sociedade brasileira”. Ora, no caso do jornalista, esse ethos, que pretende justificar e dirigir o jornalismo por objetivos sociais conscientes que o ultrapassam, pode ser objeto, nos processos de formação e de exercício profissional, de interpretações e apropriações de toda ordem, passíveis de contrariarem os novos padrões industriais de um profissional que se atem, como rezam os manuais, a “retratar os fatos com fidelidade”, procurando “vê-los com distanciamento e frieza”, de “forma neutra e apartidária”.

Para reduzir essa dissonância, a nosso ver, três *tipos* de caminhos se apresentam à formação do jornalista:

a) *A adoção pedagógica pura e simplesmente do modelo liberal de jornalismo objetivo.*

Esta seria uma *aposta* imprudente. Muitas outras metafísicas contrariam os postulados implícitos nesta opção. Algumas das razões epistemológicas para não aderir a ela são muito fortes. Toda observação é observação de uma realidade - que talvez se constitua apenas como sistema de relações - por demais relativa. O sujeito e o conhecimento estão muito implicados nos processos.

Depois, a adequação da linguagem à realidade que se descreve é também problemática. Não dispõe o jornalista de uma linguagem unívoca, formalizada como a dos cientistas. A linguagem comum, que é a do jornalista, traz consigo todo um mundo e interfere demais em seus relatos.

A produção do discurso jornalístico, ela, atravessa muitas instâncias, passa por muitas operações - seleções, filtragens, articulações, divisões, - sempre mediadas por muitos interesses, estratégias, influências desiguais em que a subjetividade é constantemente reclamada.

O panorama do desempenho da mídia na atualidade fornece também um argumento empírico para que se rejeite essa alternativa.

Em sua crítica à objetividade, Barros Filho (1994) analisa a aparência de objetividade da mídia, quanto à sua forma e seu conteúdo, e os efeitos perversos decorrentes desta “ficção”. Ele conclui

diagnosticando um duplo autismo do sistema mediático: “É autista, ou seja, apartado da realidade, em primeiro lugar na produção mediática. (...) É autista em segundo lugar porque aparta o leitor da realidade impondo-lhe uma ficção do real” (pp. 6-7).

A concorrência que, segundo a doutrina, deveria se constituir em garantia da objetividade, realiza talvez função inversa. Segundo Wolton (1989), a necessidade em que hoje se encontram jornais e jornalistas de se distinguirem uns dos outros, de se legitimarem em seu universo de trabalho, faz com que sejam eles próprios suas principais referências, gerando “uma espécie de geografia interna ao mundo da informação” onde “o ambiente dos confrades é finalmente o único espaço de referências, o público estando, por definição, alhures, invisível” (pp.60s.)⁶.

Temos, talvez, aqui, a hipótese do “agenda setting” transformada em quase-teoria já que mais facilmente se comprova os meios de maior prestígio pautando e determinando os temas e a ótica dos demais, do que o agendamento do pensamento e da conversa das pessoas pelos meios de comunicação.

Távola (1994) exprime sua preocupação com um “expressionismo na forma” e um “hiper-realismo no tratamento”, procedimentos “comandados por extrema subjetividade”, que transformam, nos meios de comunicação, a notícia em “espetáculo hiper-real” (p. 18s.).

b) *A opção pela militância*

Para o militante, a informação é sempre um combate ideológico. Não há por isso oposição entre jornalismo e militância.

A opção pela militância considera, como Breton (1977), que “... informar é dar forma e sentido ao que é transmitido”, “todo fato transmitido é construído”, “qualquer definição de jornalismo remete a uma leitura senão a uma análise política da verdade”. A “... concepção estreita e restritiva do *fato*, enquanto limite mínimo de sentido, conduz necessariamente a uma visão impressionista do mundo. Esta visão desconjuntada de mundo faz apelo a regulador exterior, que serão os grandes valores religiosos ou laicos pelos quais uma classe dominante legitima o consenso de que ela necessita”. (p. 141).

Aceitar, pois, a objetividade jornalística seria um acumplicamento com o que se procura transformar.

O estágio atual de desenvolvimento dos mercados do jornalismo no Brasil não deixa livre a escolha para adotar essa opção.

O próprio ensino do jornalismo tira legitimidade do caráter exclusivo da *profissão* para que forma, a qual se reclama de um corpo próprio de técnicas e de ética específica.

A exigência do diploma para o exercício da profissão coabitaria mal com a opção pela militância, em que o jornalista não é aquele que relata mas aquele que diz e fala. Essa convivência instituiria nos jornais o que Chauí (1982) denunciava, num outro contexto, como o “discurso competente”. Para Chauí, “a competência como processo social de exclusão e de invalidação de pessoas, redundando no discurso competente, cuja marca distintiva é o direito conferido a alguns para falar pelos outros e cujo exercício pode ser assim resumido: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. Regras, normas e ritos burocráticos decidem quem pode falar e ouvir, onde e quando isso pode ocorrer”.

c.) *A intenção de objetividade*

Os procedimentos rituais, as regras, os cânones e as técnicas do jornalismo objetivo vieram para ficar. A revolução telemática só veio consolidar a exigência das frases curtas, palavras com poucas sílabas e de uso freqüente, ordem direta, modo indicativo, lide, pirâmide invertida e tudo o mais.

A utilização mecânica destas práticas não garante em nada a objetividade ou a validade da informação. Desde o tempo dos sofistas antigos que se sabe que os procedimentos lógicos-dialéticos podem ser utilizados tanto para a verdade quanto para a falácia.

A referência à verdade e à vontade traz repercussões para o estudo da ética na formação do jornalista. A intenção de objetividade é uma busca da verdade em que técnica e ética se conjugam.

5.1 **Objetividade e ética**

A preocupação com a mudança social e política levou, com freqüência, o jornalismo a privilegiar, em suas considerações sobre ética, a adesão a valores não imediatamente ligados ao exercício profissional. O compromisso com valores individualistas ou societários,

com o altruísmo ou com o auto-interesse, considerações sobre o fim último, o bem, a felicidade, a maneira correta de se comportar na cidade, formas de participação, tendiam, às vezes, a definir não apenas o homem bom mas também o jornalista de qualidade.

A intenção de objetividade demanda que as preocupações com a ética profissional, que permeiam a formação curricular, dêem atenção específica e ênfase às virtudes, práticas e hábitos que, a par do preparo técnico e dos métodos críticos, levem o profissional a melhor conhecer e relatar a realidade social, que não é imediatamente transparente e reluta em se dar a conhecer.

No capítulo que dedica às relações entre ética e jornalismo, Merrill (1974) encontra no “virtuous journalist” as 4 virtudes clássicas: sabedoria, coragem, justiça e temperança.

O apelo ao método científico pode oferecer alguns caminhos mais precisos. Em última análise, a objetividade se define pelo esforço - *tentamen* - de limitar, na observação, na seleção e no relato, a intervenção do sujeito. Supõe por isso qualidades que são também qualidades morais.

Incluem-se, entre a virtudes morais da objetividade, a isenção (neutralidade e imparcialidade - como ponto de partida -), a integridade (lealdade e desinteresse), a vontade de neutralização das interferências intelectuais e afetivas - “*perturbationes animi*”; “*passionate thoughts*”, “*idola*” e pré-juízos de toda sorte; e o esforço de observação e rigor.

A formação ética para a objetividade supõe uma ênfase no incentivo destas qualidades e na criação de hábitos essenciais ao conhecimento dos fatos, pressuposto de sua expressão isonômica em um relato, enquanto possível, *adequado*.

5.2 Objetividade e ciências humanas

A formação para uma objetividade crítica, que estabeleça seus limites e suas possibilidades, tem a ganhar com a análise do estatuto da objetividade nas disciplinas afins.

Convém ao aluno de jornalismo que, no decorrer de seus estudos, tome contato com as formas com que as ciências humanas têm encarado o problema da objetividade. Ele, que ainda duvida da objetividade mas já, vez por outra, é tentado - reflexo de um “*pathos*” que já começa a internalizar -, a ter a precoce certeza de que a verdade é

toda matéria que ele faz ou toda reportagem que ele escreve, poderá retirar dali alguns conceitos e, talvez, alguma contenção.

Muito superficialmente, posto que nosso interesse aqui é de ordem meramente exemplificativa, sugerimos, a seguir, algum benefício que a formação do jornalista poderia retirar da discussão da objetividade em posições muito particulares dentro da sociologia e da linguística. Não negamos que talvez conviesse aflorar também o novo respeito e atenção com que, a despeito de tudo, os fatos e até os “não-acontecimentos” voltam a ter junto ao jornalista e historiador Robert Darnton⁷. Ele que, sem retornar à objetividade “hard” do historicismo clássico, resgata o *fato* das profundezas imóveis, do imaginário e do simbólico, em que os estruturalistas o haviam mergulhado.

- Linguística, semiologia e objetividade jornalística

Valendo-se dos conceitos da teoria da enunciação e da “segunda semiologia”, Neto (1988, 1991) demonstra que o enunciador está sempre presente em seu discurso, que o discurso jornalístico é, em vários níveis e por diferentes processos, um “discurso construído”. Descreve como cada suporte de comunicação tem suas estratégias e seus processos discursivos e simbólicos para engendrar, segundo leis e regras, as próprias noções de realidade e atualidade.

Segundo ele, o discurso jornalístico se constrói à base de outros discursos e por sua vez constrói o referente, aponta referências e, num certo sentido, os próprios fatos - constituindo a notícia uma espécie de formação substitutiva. Entende, assim, que nem o ato de produção do discurso jornalístico é neutro - o enunciador está presente no discurso por suas marcas - e nem soberano no ato de mobilizar os recursos técnico-linguísticos - pois que servido por diferentes línguas e códigos, de outros campos, que ele não controla.

Consequentemente, a mobilização das técnicas jornalísticas, com suas operações seletivas e manipulativas, não pode dar conta do fazer jornalístico.

Já que os fatos são construídos e que o dito não pode corresponder ao fato em si, não há, segundo Neto, como falar em objetividade. O que se tem, segundo ele, é uma “tapeação”. Apregoa-se a restituição do real onde não há que uma simulação.

Constituindo o trabalho jornalístico um trabalho de produção de sentido que tem nos manuais de redação sua gramática, conclui a abordagem de Neto que “ (o jornalista é) apenas um sujeito que mobiliza um saber com o qual constrói leituras e pontos de vistas, simplesmente” (1989, p.14) ⁸.

- Objetividade e Ciências sociais

É conhecida a posição de Max Weber a este respeito. Seu ideal de conhecimento tinha por modelo as ciências naturais. Ele prognosticava uma objetividade rigorosa, a despeito dos condicionamentos estruturais do pesquisador que deveriam ser neutralizados pela recusa do julgamento de valor e pela renúncia à tomada de posição política.

Segundo o também sociólogo Raymond Aron (1968), a objetividade da descrição sociológica não está garantida nem pela neutralidade, que ele julga impossível, nem pela verdade dos fatos, pois pode-se compor um quadro falso com elementos verdadeiros.

Para ele, “o sociólogo se esforça para ser científico não pela neutralidade mas pela equidade”. Este ideal de equidade supõe visão de conjunto, equilíbrio de elementos e pode ser exemplificado “... pela recusa de exaltar ou de denegrir sistematicamente, através da confissão dos defeitos inseparáveis do regime de sua preferência (do sociólogo) e do reconhecimento dos méritos próprios ao regime que ele combate” (p. 151).

Assim, “a sociologia cessa de ser fiel à sua missão quando ela camufla uma parte da realidade. Mas não se torna menos infiel à sua missão quando se limita à realçar as imperfeições da sociedade que analisa” (p. 149) ⁹.

O caminho da objetividade na sociologia que consiste, para ele, sobretudo em uma fuga da parcialidade, passa, segundo Raymond Aron, por um esforço de “exatidão empírica”, “de teoria ou de crítica” e de “referência aos valores implícitos na sociedade e na ciência” (p. 148).

No que diz respeito ao jornalismo, a teoria da sociedade não é sua função institucional e a teoria de si mesmo não apenas necessita de maior maturidade como não preside suficientemente ao processo

de formação de seus futuros profissionais, que se têm que orientar pelas luzes incertas dessa “via-láctea” que é o “campo da comunicação”.

Abstract

This text compares two forms that influenced Brazilian journalism. To pursue explains the leadership (domination) of objective North American journalism and questions about types of alternatives this factor presents to an academic background; a pure adaptation to this pattern, a militant (partisanship) option or an intention of objectivity, with decurrant ethics and methods.

Key words: Journalism education, Journalism patterns, journalistic objectivity

Notas

1. Descrevendo o “aparecimento dos profissionais da comunicação”, Pye (1967) observa que “pode haver muita confusão e falta de precisão nesse conceito de profissão, mas há uma suposição central, sobre a qual se fundamenta toda a indústria de comunicações moderna. É a suposição de que o relato objetivo e imparcial dos fatos é possível e desejável e de que a esfera da política em qualquer sociedade pode ser observada melhor de uma perspectiva neutra e apartidária” (p. 74).

2. A análise de Jobim sobre as influências que o jornalismo brasileiro recebeu de outros modelos teve continuadores entre os quais destaca-se o estudo de Da Silva (1991).

3. Em edição mais antiga, de 1971, o *Manual* era ainda mais enfático: “Exige-se que ao redigir, os repórteres e noticiaristas sejam imparciais e objetivos...”

4. Este conceito deve-se ao cientista político H. Laski

5. A concentração da informação, que ganha dimensões intermediáticas cada vez mais ambiciosas, inclusive no Brasil, é um fator de confusão que torna cada vez mais tênue a linha demarcatória entre os gêneros da informação e do entretenimento.

6. A tendência do mundo da profissão à auto-referencialidade já havia sido bem caracterizada, na Inglaterra, por Tunstall. Em seu estudo (1971), ele constata que os jornalistas dirigem seus esforços sobretudo para impressionar seus colegas, o que o leva a falar de “newsgathering for newsgathers” e de “communicating for communicators”.

7. De Robert Darnton encontram-se traduzidos no Brasil *O grande massacre dos gatos*, *O beijo de Lamourette*, entre outros.

8. Tivesse Fausto Neto estendido suas matrizes epistemológicas para o campo da teoria literária, trabalhado com verossimilhança e com tropos do discurso e mais ilusões sobre as relações entre jornalismo e verdade poderiam

talvez estar perdidas. Em compensação, talvez, se poderia prognosticar uma maior preocupação com a qualidade da “escritura”, com repercussões na pedagogia do jornalismo.

9. Jornalista e pesquisadores (Marques de Melo, Moniz Sodré, Carlos A. Di Franco) criticam nossa imprensa, (“pê-le-mê”), pela “suspeita sistemática”, pelo “denuncismo”, pelo “grotesco”, pela “obsessão seletiva pelos aspectos negativos da vida”, pela fúria em “destruir reputações”, pela “sinistrose informativa”, pelo “esquartejamento moral”. São estes problemas de uma profissão que, segundo Jean Lacouture (1977), tem como “principal enfermidade ... a de só olhar para as coletividades e indivíduos quando estão em “estado de crise” (p. 27).

Referências bibliográficas

- ALBERT, Pierre. *La Presse Française*. Paris: La Documentation Française, 1979.
- ARON, Raymond. Science et Conscience de la Société. In: MENDRAS, Henri (Org). *Elements de Sociologie: Textes*. Paris: Armand Colin, 1968.
- BARROS FILHO, Clóvis de. Crítica à objetividade da mídia. *Documentos ABECOM*. v. 1, n. 2, p. 1-10, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Currículo de Comunicação Social*. Brasília: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1984.
- BRETON, Emile. Presse de parti et analyse théorique. In: *Journalisme et sciences sociales*. Bordeaux-Talence: Centre d'Etudes de Presse, 1977.
- CHAUÍ, Marilena. Contra o discurso competente. *Folha de São Paulo (Folhetim)*, 07 fev. 1982.
- DA SILVA, Carlos E. *O adiantado da hora*. São Paulo: Summus, 1991.
- FAUSTO NETO, Antônio. *Mortes em derrapagem: os casos Corona e Cazusa no discurso de comunicação de massa*. Rio: Rio Fundo Ed. 1991.
- FAUSTO NETO, Antonio. *O Corpo Falado*. 2. ed. Belo Horizonte: Puc-Fumarc, 1989.
- FOLLIET, Joseph. *L'information moderne et le droit à l'information*. Lyon: Chronique Sociale de France, 1969.
- FOLHA DE S. PAULO. *Manual Geral da Redação*. São Paulo, 1987.
- GERBNER, George. Pouvoir institutionnel et systèmes de messages. *Communications*, n. 14, p. 117-31, 1969.
- JANOWITZ, Morris. Professional models in journalism. *Journalism Quarterly*. v. 52, n. 4, p. 618-626, Winter, 1975.
- KÖCHER, Renate. Détectives ou missionnaires: les journalistes en RFA et en Grande Bretagne. *Media Pouvoirs*, n. 13, p. 114-127, jan./mars, 1989.
- LACOUTURE, J., NORA, P. Journalistes ou historiens. In: *Journalisme et sciences sociales*. Bordeaux-Talence: Centre d'Etudes de Presse, 1977.
- MARX, Karl. Thèses sur Feuerbach. In: Marx, K., Engels, F. *L'idéologie allemande*. Paris: Éd. Sociales, 1974.

- MERRIL, John. *The imperative of freedom: a philosophy of journalistic autonomy*. New York: Hastings House, 1974.
- MILLS, Rilla Dean. Newspaper ethics: a qualitative study. *Journalism Quarterly*. v. 60, n. 4, p. 589-594 e 602, Winter, 1984.
- O ESTADO DE S. PAULO. *Manual de redação e estilo*. São Paulo, 1990.
- PYE, Lucian. O aparecimento dos profissionais da comunicação. In: PYE, Lucian (Org). *Comunicação e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- RIVERO, Jean. De la liberté de la presse au droit à l'information: police et service public dans le régime administratif de la presse. In: SEMANA DE PRENSA, 1. Barcelona: Instituto de Ciencias Sociales, 1963.
- SMIRNOV, V. *La Libertad de Prensa en URSS*. Moscú: Ed. Progreso, 1980.
- TAVOLA, Artur da. A notícia como espetáculo hiper-real. *Jornal ANJ*, p. 18-19, fev. 1994.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia-Edusp, 1962.
- TUCHMAN, Gaye. Objectivity as strategic ritual: an examination of newsmen's notions of objectivity. *American Journal of Sociology*. v. 77, n. 4, p. 660-679, Jul 1971- Mai 1972.
- TUNSTALL, Jeremy. *Journalists at work*. London: Constable, 1971.
- WEAVER, Paul H. O novo jornalismo. *Diálogo*, v. 9, n. 1, p. 33-42, 1976.
- WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1972.
- WOLTON, Dominique. Le journalisme victime de son succès. *Mediaspouvouirs*. n. 13, p. 51-62, jan/mars, 1989.